

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos**  
**Curso de Licenciatura em Química**



**Trabalho de Conclusão de Curso**

**Políticas Públicas Em Educação: Um Estudo De Caso**

**Christian Masseron Nunes**

**Pelotas, 2015**

**Christian Masseron Nunes**

**Políticas Públicas Em Educação: Um Estudo De Caso**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Química.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maira Ferreira

Pelotas, 2015

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

N972p Nunes, Christian Masseron

Políticas públicas em educação : um estudo de caso /  
Christian Masseron Nunes ; Maira Ferreira, orientadora. —  
Pelotas, 2015.

60 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Química) —  
Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos,  
Universidade Federal de Pelotas, 2015.

1. Melhoria da educação básica. 2. Currículo. 3. Política  
educacional. I. Ferreira, Maira, orient. II. Título.

CDD : 547

Elaborada por Gabriela Machado Lopes CRB: 10/1842

Christian Masseron Nunes

Políticas Públicas Em Educação: Estudo De Caso.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Licenciatura em Química, Centro de Ciências Química, Farmacêuticas e de Alimentos, Universidade Federal de Pelotas

Data da Defesa:

Banca Examinadora:

.....  
Prof. Dra. Maira Ferreira (Orientadora)

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....  
Prof. Dr. Ricardo Lemos Sainz

Doutor em Ciência e Tecnologia Agroindustrial pela Universidade Federal de Pelotas

.....  
Prof. Dr. Rogério Antonio Freitag

Doutor em Química pela Universidade Federal de Santa Maria

**Dedico este trabalho à minha mãe,  
Mauren Márcia Masseron.**

## Resumo

NUNES, Christian Masseron. **Políticas Públicas em educação: um estudo de caso**. 2015. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Química, Centro de Ciências Química, Farmacêuticas e de Alimentos, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

Este Trabalho de Conclusão de Curso se refere a uma pesquisa acerca de políticas públicas em ação na educação básica instituídas em uma escola da rede pública estadual da cidade de Pelotas. O estudo tem como objetivo fazer uma análise sobre a implementação de políticas curriculares e programas e projetos governamentais na escola, procurando ver as finalidades dessas ações, o modo como vem sendo realizadas e seus efeitos nas práticas escolares, especialmente na área de Ciências/Química. Para isto, realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo, inicialmente em documentos sobre as políticas públicas (em sítios do MEC e da SEC/RS) e em documentos da escola, (Projeto Pedagógico e planos de ensino de química), e, em um segundo momento, realizou uma entrevista com a coordenadora pedagógica e com a professora de química, sobre o desenvolvimento e efeitos dessas políticas. O levantamento de informações sobre como estavam sendo realizadas as ações de mudança pretendidas por essas políticas educacionais, aponta que a reforma curricular instituída pelo Ensino Médio Politécnico (SEDUC/RS) ainda passa por um período de ajustes para o alcance dos objetivos que visam a melhoria do ensino e da aprendizagem dos alunos, uma vez que, talvez, pela falta de compreensão por parte dos professores sobre as mudanças pretendidas, o projeto sofreu, e sofre, resistência por parte de professores e alunos. Quanto às políticas na forma de programas e projetos governamentais, ainda que essas possibilitassem à escola compra de materiais e disponibilização de espaços pedagógicos, não se sabe os resultados que possam ter em relação à melhoria de desempenho escolar dos estudantes. Em 2015, por corte de recursos do Ministério da Educação, alguns programas que vinham sendo desenvolvidos na escola foram extintos sem que a própria escola, e seus professores, tivessem discutido o papel desses programas para a melhoria dos processos educativos na escola. Neste trabalho foi possível perceber que o processo de mudanças na escola passa tanto por políticas curriculares como as de outra natureza, sendo caracterizado por conflitos e por descontinuidade de programas e projetos, uma vez que não há um acompanhamento e planejamento dos programas e, tampouco, uma avaliação de seus efeitos.

**Palavras-Chave:** melhoria da educação básica, currículo, política educacional

## Abstract

NUNES, Christian Masseron. **Public Policies in education: a case study**. 2015. 50 f. TCC (Graduation) - Degree in Chemistry, Centro de Ciências Química, Farmacêuticas e de Alimentos, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

This course competition assignment refers to a survey about the movement to improve education and considers the educational policies instituted at a school of public schools in the city of Pelotas. The study aims to make an analysis of the implementation of curriculum policies and investment through programs and projects at school, trying to see the purpose of these actions, the way is being conducted and its effects on school practices, especially in the area of Science / Chemistry. For this, there was a qualitative research, initially in documents on public policy (in the MEC sites and SEC / RS) and school documents (Education Programme and chemistry teaching plans), and a second stage, conducted an interview with the educational coordinator and a professor of chemistry, on the development and effects of these policies. The collection of information about how they were being held required change in shares for these educational policies, points out that the curriculum reform instituted by the Ensino Médio Politécnico (SEDUC / RS) is still undergoing a period of adjustment to achieve the goals aimed at improving teaching and student learning, as perhaps the lack of understanding from teachers about the desired changes, the project suffered, and suffers resistance from teachers and students. On policies in the form of government programs and projects, even if these would enable the purchase of school materials and providing educational spaces, do not know the results they may have in relation to the improvement of academic performance of students. In 2015, by cutting funds from the Ministry of Education, some programs that were being developed at the school have become extinct without the school itself, and their teachers, had discussed the role of these programs to improve the educational process at school. In this work we can see that the process of change in school goes both curriculum policies as otherwise, being characterized by conflict and discontinuity of programs and projects, since there is no monitoring and planning of programs and, either, an assessment of its effects.

**Key Word:** improving basic education , curriculum, education policy

## Sumário

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>Políticas educacionais em ação na escola: reformas curriculares, programas e projetos.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1</b>	<b>Ensino Médio Politécnico e Ensino Médio Inovador como políticas curriculares .....</b>	<b>12</b>
<b>2.2</b>	<b>Programa Nacional do Livro Didático e Programa Mais Educação: finalidades e ações previstas .....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>A escola, alunos e professores: o espaço da pesquisa .....</b>	<b>21</b>
<b>4</b>	<b>Currículo e educação escolar .....</b>	<b>24</b>
<b>4.1</b>	<b>Políticas curriculares .....</b>	<b>24</b>
<b>4.1</b>	<b>Educação escolar.....</b>	<b>27</b>
<b>5</b>	<b>Metodologia da pesquisa .....</b>	<b>30</b>
<b>6</b>	<b>Políticas educacionais e análise de mudanças na escola.....</b>	<b>35</b>
<b>7</b>	<b>Considerações finais .....</b>	<b>51</b>
	<b>Referências .....</b>	<b>53</b>
	<b>Apêndice.....</b>	<b>58</b>



## 1 Introdução

A educação brasileira tem sido apontada, na última década, como um dos principais problemas a ser resolvido, em vista dos preocupantes resultados obtidos em exames diagnósticos promovidos por órgãos governamentais. A busca pela melhoria da qualidade da educação, representada pelo progresso no desempenho dos alunos na educação básica, têm mobilizado políticas públicas, sendo as políticas de avaliação em larga escala uma forma de obter resultados para, a partir desses propor alternativas que possam melhorar os sistemas de ensino. Entre as alternativas estão as mudanças apresentadas pelas políticas curriculares, bem como inúmeros programas e projetos voltados para a educação escolar, cujo incentivo principal são os investimentos que podem melhorar as condições materiais das escolas.

Nos últimos anos, os resultados das avaliações em larga escala promovidas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) - Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - têm alertado os órgãos educacionais para problemas que envolvem a aprendizagem dos alunos e a eficiência da escola. Ainda na análise de números, também os índices do censo escolar apontam para uma alta taxa de abandono e reprovação dos alunos do ensino médio, em um modelo de escola que tem sido visto como pouco atrativo, na qual os alunos estão desmotivados para o estudo, podendo esta desmotivação ser decorrente do excessivo número de alunos em sala de aula e da falta de interesse pelo o que é ensinado, como também pelo perfil de professores (cansados e desmotivados), entre outros aspectos complexos que fazem parte do ambiente escolar (KNÜPPE, 2006).

Indicadores de qualidade do ensino, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), são considerados pelos governos como indicativos da qualidade da educação, mesmo que sejam considerados frágeis por não incorporarem todas os contextos das escolas que são avaliadas e, tampouco, as questões que

envolvem os alunos aos quais os exames são aplicados (DUARTE, 2013). Ainda, assim, trazem à discussão a necessidade de pensar alternativas para melhorar o aprendizado deficitário dos alunos, o que pode ser um alarmante problema para a educação.

Diante desse quadro, as políticas públicas são apresentadas como alternativas para a melhoria do ensino e da aprendizagem, de modo a cumprir a lei assegurada na Constituição Federal da República Federativa do Brasil (BRASIL,1996), de que a educação é um direito de todos e precisa ter qualidade. No artigo 206, parágrafo VII da Constituição, está explicitada a “garantia de padrão de qualidade” da educação brasileira. Neste contexto, programas e projetos financiados pelo MEC são apresentados como alternativas capazes de melhorar os indicadores, como se os números por si só pudessem determinar a qualidade da educação.

As políticas curriculares e demais políticas educacionais visam auxiliar as escolas a superar suas dificuldades e, com este propósito, o governo federal anuncia um conjunto de políticas com o propósito de melhorar a estrutura da escola em todos os níveis. (CÓSSIO e KUSS, 2012).

As políticas educacionais, por vezes, incentivam a pesquisa na educação escolar como forma de investigar problemas e promover mudanças no meio educacional, sendo o Observatório da Educação (Obeduc/Capes) uma dessas iniciativas. Como bolsista de graduação neste projeto, acompanhei pesquisas e estudos, juntamente com professores da educação básica, em duas escolas da rede pública estadual, da cidade de Pelotas.

A pesquisa que realizamos envolveu levantamento de índices como o IDEB e o Censo Escolar, e uma análise de ações desenvolvidas nas escolas em função dos resultados desses indicadores, de modo a buscar compreender os movimentos da escola e as suas práticas, com especial atenção ao currículo planejado e praticado na área de Ciências/Química e aos projetos e programas implementados na escola.

A participação na pesquisa possibilitou evidenciar indicativos de uma organização curricular bastante engessada, mas sinalizando mudanças para atender a reforma curricular que, na ocasião do Projeto Obeduc, em 2013 e 2014, estava em fase de implementação na rede pública estadual do Rio Grande do Sul. Também possibilitou levantar dados e conhecer diversos

projetos e programas financiados pelo poder público federal. Entre esses programas estão: o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Programa Escola Aberta, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Mais Educação, o Programa Ensino Médio Inovador (ProEmi) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), sendo possível encontrar informações e caracterização de cada um desses programas no sítio do Ministério da Educação (MEC)

Em síntese, todos esses programas têm em comum a busca pela superação do fracasso escolar que, inicialmente, poderia ser associado, como aponta Madalóz, Scalabrin e Jappe (2012), à reprovação, entretanto, há também o abandono, a infrequência, a retenção e a recuperação, que devem ser refletidos, não apenas como problemas restritos à escola, mas também seus efeitos em questões de ordem econômica e social.

Entre as políticas públicas educacionais, as políticas curriculares têm sido mais facilmente percebidas como indicativos de mudança em educação. Nesse sentido, o currículo pode ser compreendido como um conjunto de concepções que abrange, entre outros, os conteúdos ensinados e a busca de compreensão sobre aquilo que a escola ou o professor entende como necessário ser ensinado, bem como o modo como as práticas pedagógicas são postas em ação, na escola (SACRISTÁN, 2000). Na pesquisa realizada no Projeto Obeduc, como já dito, foram realizados estudos sobre a organização curricular na área de Ciências e de Química, bem como sobre as práticas realizadas na escola, sendo analisados documentos como o Projeto Político Pedagógico, os planos de ensino das disciplinas de Ciências e de Química e os diários de classe dos professores dessas disciplinas.

Com relação ao estudo sobre projetos e programas implementados, foi possível reconhecer uma tentativa dos órgãos públicos de “amarrar” a um dado projeto ou programa incentivos que atendam, principalmente, necessidades materiais das instituições escolares, concedendo recursos didáticos e melhorias na estrutura física das escolas. Na área de Ciências/Química, alguns discursos são recorrentes por parte de professores e alunos, e versam sobre a necessidade de laboratórios para as aulas, de práticas inovadoras, de reforço escolar para melhorar a aprendizagem dos alunos, enfim, de espaços para a implementação de práticas que impliquem em mudanças curriculares e/ou

mudanças pedagógicas no ensino. Mas qual a avaliação sobre os efeitos dessas políticas, sejam curriculares ou de outra natureza, para o ensino e aprendizagem dos estudantes?

Sobre a pesquisa realizada acerca da proposição de projetos e programas, foi possível reconhecer que havia participação das escolas, mas não havia acompanhamento e avaliação dos efeitos dessas políticas nas práticas da escola, o que seria fundamental para se compreender os movimentos que a escola tem sido compelida a fazer para a melhoria dos resultados dos indicadores.

Diante de todas essas considerações, apresenta-se este Trabalho de Conclusão de Curso que, dando continuidade aos interesses de pesquisa que oportunizaram o trabalho como bolsista no Projeto Obeduc, busca analisar as políticas públicas curriculares e projetos e programas desenvolvidos em uma das escolas parceiras do Projeto Obeduc, procurando ver se os mesmos atendem suas finalidades e quais os seus efeitos para a melhoria de ensino e de aprendizagem em Ciências/Química.

Este trabalho está organizado de forma a: primeiramente apresentar uma introdução do trabalho realizado, apresentando as motivações que levaram a realização deste trabalho além dos objetivos de pesquisa. Na sequência, trato sobre as políticas educacionais na escola, tanto das políticas curriculares. Ensino Médio Politécnico e Programa Ensino Médio Inovador, quanto dos programas de investimento, Programa Nacional do Livro Didático e Programa Mais Educação. No capítulo 3, apresenta-se e caracteriza-se a escola, abordando tanto os documentos desenvolvidos pela própria escola quanto dos documentos oficiais que norteiam as práticas na escola. Em seguida, indico a metodologia utilizada na pesquisa, que neste caso é de caráter qualitativo e se caracteriza em um estudo de caso, juntamente aos instrumentos de pesquisa para então apresentar os resultados que obtive através dos instrumentos de pesquisa e da análise documental feita para, em seguida, discuti-los sistematicamente. Por fim apresento as considerações finais deste Trabalho de Conclusão de Curso.

## **2 Políticas educacionais em ação na escola: reformas curriculares, programas e projetos**

No que se refere às políticas públicas em educação, como as reformas curriculares e as políticas de avaliação, como as avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) – Prova Brasil e ENEM –, têm sido reconhecidos como indicadores para, a partir desses, diagnosticar a demanda de mudanças necessárias na escola, visando a melhoria do desempenho de estudantes, com diminuição da reprovação e da evasão escolar.

Um dos problemas encontrados pelas escolas para atender às avaliações em larga escala é a falta de consonância entre o que é ensinado nas escolas e o que é solicitado nos exames, em especial no ENEM. Na tentativa de regulamentar conteúdos mínimos para a educação básica, uma proposta de Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi divulgada no site do MEC<sup>1</sup> em outubro de 2015, sendo solicitado a diferentes segmentos da sociedade que avaliem e contribuam com a proposta, um modo de legitimar o caráter democrático da política curricular.

A BNCC, em consonância com o Plano Nacional da Educação (PNE – 2014/2024), contém um núcleo de conhecimentos obrigatórios e, ao mesmo tempo, outorga às escolas a seleção de conteúdos eletivos, de acordo com as características locais e os interesses da comunidade na qual se insere. Assim, a BNCC poderia ser considerada a matriz de referência do SAEB e do ENEM, o último recentemente universalizado como exame diagnóstico e propedêutico ao ensino superior, além de também servir de subsídio para políticas públicas em educação (BRASIL, 2014).

Mudanças curriculares como as sugeridas pela BNCC visam nortear as áreas de conhecimento para possibilitar aos alunos responderem aos exames nacionais. Ainda, na pesquisa realizada no Projeto Obeduc era possível ver

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

que o ENEM era fonte de preocupação na escola, sendo salientado pelos professores que a escola estaria em processo de mudanças a fim de adaptar-se à reforma curricular que estava sendo implementada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, como forma de vivenciar um currículo que possibilitasse responder de modo satisfatório às avaliações externas.

Assim, reformas como proposta de reestruturação curricular do Ensino Médio Politécnico (EMP/RS), o Programa Ensino Médio Inovador (ProEmi) ou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cujos pressupostos já eram apontados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no final dos anos de 1990 e início dos anos de 2000, repetidamente anunciam ter como propósito a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem nas escolas públicas brasileiras.

## **2.1 Ensino Médio Politécnico e Ensino Médio Inovador como políticas curriculares**

As políticas curriculares que propõem reformas nas escolas ocorrem em nível nacional, estadual e municipal. No caso do Ensino Médio, pode-se dizer que, ao longo do tempo e, especialmente, nos últimos 15 anos, desde os Parâmetros Curriculares Nacionais, tem sido anunciada uma mudança curricular que altera a organização do currículo por disciplinas e propõe a organização por áreas de conhecimento. Em nível estadual, no estado do RS, a última reforma curricular denominada Ensino Médio Politécnico (EMP), implantada em 2012, tem sua organização curricular por áreas de conhecimento, ao invés de disciplinas (embora sejam mantidas para formar as áreas de conhecimento), sendo os seminários integrados (SI) o enfoque curricular que visa fortalecer o aspecto interdisciplinar no EMP.

Em nível nacional, o Ensino Médio Inovador (ProEmi), pode ser caracterizado como uma proposta de reforma curricular que, também representa investimentos para a educação básica, na forma de auxílio financeiro as escolas, mas sua principal característica seria motivar mudanças na questão curricular (ProEmi, 2013)

Tanto o EMP, em vigor no Estado do Rio Grande do Sul, quanto o ProEmi, até 2015 implementado na forma de programa para discussão da questão curricular, anunciam reformas curriculares semelhantes, pois propõem pensar a reorganização dos currículos por áreas de conhecimento. No caso da disciplina de Química, essa passa a integrar a área das Ciências da Natureza, juntamente com as disciplinas de Física e de Biologia.

### Ensino Médio Politécnico

O Ensino Médio Politécnico (EMP) é apresentado como reforma cuja característica seria superar a dimensão fragmentada dos conteúdos e organizara matriz curricular nas seguintes áreas de conhecimento: Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Química Física e Biologia), Ciências Humanas e suas Tecnologias (História, Geografia, Filosofia e Sociologia) Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Português, Línguas Estrangeiras, Educação Física e Educação Artística) e Matemática. De modo geral, os professores comentam encontrar dificuldades para compreender e pôr em operação uma reforma curricular, especialmente com relação ao trabalho de cunho interdisciplinar demandado pela reforma, sendo que três anos após sua implantação, as escolas da rede pública estadual do RS, ainda tentam se adequar as mudanças pretendidas.

Segundo o documento que apresenta a proposta do EMP (SEDUC/RS, 2011), a proposta tem como finalidade preparar os sujeitos para o mundo do trabalho em suas relações sociais, sendo que a questão curricular deve ser pautada por uma construção de componentes culturais, sociais, humanísticos, etc.

Para atender tais demandas, a reforma do EMP, segundo o documento oficial (SEDUC/RS, 2011), tem como princípios orientadores os seguintes itens:

- 1) Relação Parte-Totalidade: Tem como princípio a organização articulada entre todas as partes que compõe a realidade, não tomando isoladamente os saberes e ou conhecimentos como se os mesmos fossem suficientes para a compreensão do todo.
- 2) Reconhecimento de saberes: Para a formação de uma prática pedagógica que reconhece o caráter social dos saberes, é

necessário que sejam reconhecidas as práticas sociais como processo de conhecimento da realidade, partindo de um diálogo entre os saberes a realização de várias possibilidades pedagógicas, além do fornecimento de uma educação emancipatória, que construa indivíduos capazes de superar o censo comum e refletir a realidade social.

- 3) Teoria-Prática: Tem como princípio a organização dos saberes através da prática social em vigor onde não há como se pensar práticas sem teorias e não há fundamento sem uma prática que pode ser executada. Neste pensamento a teoria viria como a reflexão de aspectos que compõe a prática; já a prática é uma ferramenta que, indissociável da teoria, tem como característica a transformação social e a realização de atos que superem a simples repetição de tarefas.
- 4) Interdisciplinaridade: Uma vez que o ensino disciplinar e fragmentado não é eficiente para compreender a realidade em sua totalidade, se faz necessário a realização de um diálogo entre as áreas do saber e o mundo do trabalho, trabalhando com ferramentas que propõem a transversalidade e práticas pedagógicas que integrem a totalidade dos saberes, direcionando as práticas educacionais para o meio social e do trabalho afim de promover a compreensão da realidade e do meio em que o homem vive.
- 5) Avaliação Emancipatória: é a proposta de uma avaliação que tenha o compromisso não apenas de classificar os indivíduos, mas garantir que o processo educativo como um todo seja levado em consideração na avaliação do aluno e de suas competências.
- 6) Pesquisa: processo no qual o aluno torna-se autônomo na prática do saber, aliando o processo social com o protagonismo dos pesquisadores. Este processo de usar a pesquisa como método de ensino também auxilia a promover a avaliação emancipatória e utiliza a curiosidade do aluno e as ferramentas de pesquisa em possibilidades de transformação social.

Não apenas os princípios orientadores foram estabelecidos no documento, como também um conjunto de metas, estando entre elas, a



universalização do ensino médio de qualidade social; o aumento gradativo das taxas de aprovação e permanência nas escolas; a formação continuada de professores; e o desenvolvimento de projetos de Iniciação Científica nas escolas, envolvendo alunos e professores.

No caso do ensino de química, podemos perceber, uma dualidade de práticas onde, ao mesmo tempo em que é estabelecida uma lógica de caráter disciplinar, pois seu ensino visa possibilitar aos alunos a compreensão dos processos químicos formalizando a construção de conhecimento científico, também propõe seguir a lógica interdisciplinar ao tratar questões ambientais, sociais, políticas e econômicas.

### Programa Ensino Médio Inovador

Na mesma concepção de organização curricular por áreas de conhecimento, o programa Ensino Médio Inovador tem como principal foco de ação promover uma política curricular que vise diminuir a evasão dos alunos no ensino médio, buscando não só ampliar o tempo do aluno na escola, como também repensar e diversificar práticas pedagógicas (BRASIL, 2013). Além disso, o programa se caracteriza como uma iniciativa de investimento financeiro para a escola, possibilitando compra de material didático, materiais para os laboratórios, material de apoio ou incentivo à cultura, como instrumentos musicais, visitas em espaços educativos fora do ambiente escolar, financiamento de oficinas, pagamento de monitores para as oficinas, entre outros.

Com relação ao currículo, o programa tem como princípio de organização, de acordo com o Documento do ProEmi (BRASIL, 2013), um eixo que reúne trabalho, ciência, tecnologia e cultura afim de que, com este conjunto de conhecimentos, o aluno faça uma leitura ampla do mundo. O programa salienta também a permanência de conteúdo específicos, mas motiva a desfragmentação de cada disciplina. No caso da disciplina de Química, seria diminuir a fragmentação acentuada e promover um diálogo interdisciplinar.

A reestruturação curricular que o ProEmi estabelece para as escolas que aderirem ao programa, segundo o Documento Orientador (BRASIL, 2011), é caracterizada pelas seguintes orientações:

- a) Aumento progressivo de carga horária nas escolas;
- b) Atividades em laboratórios equipados de ciências e matemática;
- c) Apoio a atividades culturais, esportivas e artísticas
- d) Incorporação das ações do programa no Projeto Político Pedagógico da escola, além da promoção da participação dos estudantes no ENEM.
- e) Elaboração de plano de metas que incluam a melhoria dos índices escolares.

Pode-se perceber, no documento, uma intenção de promover o ensino integral, ao aumentar a carga horária das escolas, bem como incentivar a participação dos alunos no ENEM, como condição para atingir metas para a melhoria dos indicadores de qualidade.

## **2.2 Programa Nacional do Livro Didático e Programa Mais Educação: finalidades e ações previstas**

Como já dito, nos últimos anos vem sendo implementada uma gama de programas e projetos em escolas de educação básica, sendo que alguns têm sido uma forma de prover a escola de condições materiais e de infraestrutura. São programas de investimento para a aquisição de material didático (livros, computadores, tablets, material de apoio, etc.), ou de instalação de espaços pedagógicos (laboratórios, salas de vídeo, bibliotecas, etc.); que, normalmente, são bem recebidos pelas escolas que veem nessas políticas formas de dar condições para que haja um ambiente favorável para maior tempo de permanência dos alunos na escola, oferecendo atividades em turnos diferentes das aulas como forma de fazer uma aproximação ao modelo de ensino integral, visando, com isso, melhorar o desempenho dos estudantes.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)<sup>2</sup> promove investimentos para a educação da rede pública estadual fornecendo uma complementação financeira às escolas para a compra de material permanente, manutenção de equipamentos, vidros, lâmpadas e itens de limpeza da escola; aquisição de material de consumo necessário e desenvolvimento de atividades que visam a aplicação do Projeto Pedagógico ou de promoção à educação.

O Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE)<sup>3</sup>, propõe planejamento para promoção e qualificação estratégica da escola, com formação de quadros qualificados para a gestão escolar, dando suporte financeiro para tal, e formando profissionais capacitados para atuarem nas escolas a fim de obter um melhor desempenho de toda a organização escolar, visando a promoção de um ensino de qualidade.

O Programa Escola Aberta visa incentivar a permanência do aluno no ambiente escolar, oferecendo atividades educativas diversificadas aos finais de semana à toda a comunidade escolar.

Em direção semelhante ao Programa Escola Aberta, mas de modo menos abrangente, o Programa Mais Educação, promove investimentos na escola com uma finalidade específica: prover a escola de condições para aumentar sua funcionalidade e aumentar o tempo de jornada escolar.

Entre os programas de investimento para fornecimento ou aquisição de materiais, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)<sup>4</sup> disponibiliza livros didáticos para os alunos, bem como promove o aumento do acervo às bibliotecas, em períodos trienais.

Nesta seção são apresentados com maior detalhamento os programas Mais Educação e PNLD, por terem sido objeto de estudo na escola pesquisada.

---

<sup>2</sup>Informações Disponíveis em: <http://pdeescola.mec.gov.br/index.php/o-que-e-pde-escola>

<sup>3</sup>Informações Disponíveis em: <http://pdeinterativo.mec.gov.br/>

<sup>4</sup>Informações Disponíveis do sítio: <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>

## Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação é uma política voltada a atender escolas em metrópoles, capitais e cidades grandes, com o IDEB mais baixos e com alunos em situação de vulnerabilidade social, tendo como modo de operação a ampliação de tempo e espaço dentro das escolas para o desenvolvimento de atividades educacionais (BRASIL,2009). Este programa, voltado para o Ensino Fundamental, tem como metas, aumentar a taxa de rendimento escolar, oferecendo atividades de reforço escolar e de promoção da cultura, educação e desporto, e realizar experiências em direção a ideia de escola em turno integral.

Entre os objetivos do Programa Mais Educação, encontra-se principalmente a reversão do quadro apresentado pelas escolas nos exames nacionais (Prova Brasil), oferecendo uma diversidade de atividades na escola que envolvem:

- a) Acompanhamento Pedagógico– acompanhamento em matemática, ciências, história, geografia, e etc.
- b) Meio Ambiente – com projetos que envolvam sustentabilidade, saúde, cuidado com meio ambiente, além de horta escolar.
- c) Esporte e Lazer – diversas atividades esportivas, como futebol, atletismo, handebol, lutas e etc.
- d) Direitos Humanos em Educação – debates através de oficinas acerca de temas que são pertinentes aos direitos humanos, como sexualidade, direitos sociais, violência. Há a proposição de trabalhos de cunho interdisciplinar para tratar de tais temas.
- e) Cultura e Artes – Leitura, danças, desenho, instrumentos de cordas, teatro e outros.
- f) Cultura Digital – promoção de ambientes virtuais de aprendizagem, uso de redes sociais para a educação.
- g) Promoção da Saúde – trabalho com questões de alimentação, saúde bucal, prevenção e combate de doenças, drogas, entre outros.

Este programa, ao oferecer um número de atividades e possibilidades de permanência dos alunos à escola têm como principal objetivo superar o

fracasso escolar, principalmente em escolas com IDEB baixo ou com nível socioeconômico reduzido. Também vêm a oferecer atividades em turno integral, para melhorar o trabalho de escolarização dos beneficiados e oferecer acompanhamento educativo. A importância dada ao programa pelas escolas tem, também, a intenção de que melhorando o desempenho dos alunos no Ensino Fundamental, sejam maiores as chances de sucesso dos que ingressam no Ensino Médio, ainda mais que o programa tem como principal alvo os anos finais do Ensino Fundamental, que são, de certa forma, propedêuticos ao Ensino Médio.

### Programa Nacional do Livro Didático

No que se refere à distribuição de livros didáticos aos alunos nas escolas públicas pelo PNLD, essa se apresenta como uma política pública que visa “[...] subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica” (BRASIL, 2013, p.3), sendo gratuita sua distribuição em todas as escolas da rede pública, para o ensino fundamental e ensino médio.

O processo de seleção dos livros didáticos consiste em uma análise do catálogo em um manual do programa, contendo as obras selecionadas por comissões instituídas pelo MEC das diferentes áreas de conhecimento, pelos professores nas escolas. De acordo com sua preferência, escolhem três títulos para serem encaminhados, no ano seguinte, pelo MEC para distribuição aos alunos.

O programa é realizado em período trienal e abrange o ensino fundamental e ensino médio, ou seja, a cada três anos são enviados às escolas um manual para que os professores façam a escolha dos livros. No último triênio, na área de Química, o Guia do Livro Didático para a Química (BRASIL, 2015), continha os seguintes livros para serem analisados pelos professores nas escolas.

- a) Química – (Autora: Martha Reis; Editora: Ática)
- b) Química – (Autores: Eduardo Fleury Mortimer e Andréa Horta Machado; Editora: Scipione)

- c) Química Cidadã – (Autores: Eliane Nilvana Ferreira de Castro Gentil de Souza Silva Gerson de Souza Mól Roseli Takako Matsunaga Salvia Barbosa Farias Sandra Maria de Oliveira Santos Siland Meiry França Dib Wildson Luiz Pereira dos Santos; Editora: AJS)
- d) Ser Protagonista – Química– (Autores: Murilo Tissoni Antunes; Editora: SM)

Os livros são entregues as escolas, de acordo com a seleção dos próprios professores, e posteriormente dados aos alunos para a utilização em sala de aula e também como fonte de estudos e referências sobre assuntos diversos.

### **3 A escola, alunos e professores: o espaço da pesquisa**

A escola pesquisada, localizada no bairro mais populoso de Pelotas, conta com estrutura pedagógica/administrativa constituída pela direção e vice-direção, neste caso é uma diretora para os turnos da manhã e tarde e para cada turno uma vice-diretora, supervisão e orientação escolar, que conta com uma orientadora pedagógica para os turnos da manhã e tarde, e secretaria, para o atendimento de cerca de 2500 alunos. A escola possui um total de 22 professores atendendo o Ensino Médio Politécnico que atendem 11 turmas. Com relação à Química, a escola conta com uma única professora que atende todas as turmas do Ensino Médio Politécnico.

Com relação à estrutura física, a escola tem uma boa estrutura, contando com refeitório, quadra de esportes, sala de informática, biblioteca, sala de recursos áudio-visual, laboratório de Ciências (Química, Física e Biologia) e pátio de recreação. De acordo com a professora de Química, os alunos têm poucas aulas experimentais no laboratório de ciências da escola, encontrando-se o mesmo com pouco uso na disciplina de química, entretanto é usado com mais frequência pela disciplina de Biologia.

Segundo o Projeto Pedagógico (PP), a escola tem como objetivo proporcionar uma educação que vá além da transmissão de conhecimento, priorizando a formação integral da pessoa que, consciente do tempo em que vive, compromete-se com a sociedade de forma crítica e transformadora.

Ainda, segundo o documento, a escola faz uso de metodologia baseada no interacionismo, cujo processo educacional se baseia na interdisciplinaridade, onde o aluno é sujeito da construção e reconstrução de seu conhecimento, a partir da realidade concreta em que o sujeito está inserido. O documento indica que, para formar um aluno participativo e crítico, deve-se propor atividades em que os educandos possam, através da curiosidade, levantar hipóteses, construir conhecimentos, prever resultados, simular e refletir situações do cotidiano, posicionando-se como parte da natureza.

Quando invoca o interacionismo, o PP preocupa-se em sua posição política e pedagógica, pois o movimento interacionista preocupa-se com as relações entre o indivíduo e o ambiente como sendo fundamentais para o desenvolvimento da pessoa (AZEVEDO, 2002), e isto implica haver uma relação entre o indivíduo e o ambiente estrutural da escola.

Com relação aos programas e projetos implementados, a escola conta com uma equipe de organização pedagógica responsável pela orientação e manutenção dessas políticas, além de zelar pelo cumprimento do Projeto Pedagógico da escola.

A escola tem um sistema de avaliação no qual o professor avalia os alunos com as seguintes menções:

- a) CSA – Construção Satisfatória de Aprendizagem
- b) CPA – Construção Parcial de Aprendizagem
- c) CRA – Construção Restrita de Aprendizagem

Segundo a professora de Química da escola, por mais que queria se perder o caráter quantitativo e se realizar uma avaliação de caráter diagnóstico, o professor acaba fazendo um cálculo, que não é divulgado aos alunos, onde aqueles que acertam mais de 60% das questões recebem CSA como índice de aproveitamento.

Com relação à disciplina de Química, como já dito, há uma única professora que atende 7 turmas do Ensino Médio Politécnico, sendo também professora responsável pelos Seminários Integrados (SI), da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Assim, foram analisados os seus planos de ensino para essa pesquisa, bem como foi essa a professora a entrevistada.

Com relação à coordenação pedagógica, esse é um setor vital na escola, o que organiza a parte pedagógica da escola, promovendo reuniões de avaliação, dando assistência a alunos com dificuldades de aprendizagem, organiza e regula o calendário escolar para o cumprimento dos dias letivos e controla as faltas de alunos, além de receber e orientar estagiários dos cursos de licenciatura. No Regimento do EMP está previsto que a supervisão escolar, ou coordenação pedagógica, tem a função de orientar os professores para a construção da interdisciplinaridade e do planejamento curricular; estimular debates na escola para a socialização de experiências adquiridas; propor discussões sobre a prática docente; coordenar e implementar o Projeto



Pedagógico e Administrativo. Em função desse conhecimento da escola e suas práticas, a coordenadora pedagógica foi, também, entrevistada nesse trabalho de pesquisa.

## 4 Currículo e educação escolar

### 4.1 Políticas curriculares

As políticas curriculares entendidas como discursos, estão constituídas em “práticas que formam os objetos dos quais falam e que se associam ao que pode ser dito, a quem pode dizer, quando e com que autoridade” (LOPES, 2006). Este conjunto de práticas são inseridas no contexto escolar de forma a sinalizar, de certa forma, um conjunto de reformas e mudanças que, em princípio, entram no cenário da escola, como:

um pacote “lançado de cima para baixo”, determinado pelos governos, cabendo às escolas apenas implementar ou resistir a esse pacote. Igualmente se confronta com a distinção entre política e prática como duas instâncias nas quais estão polarizadas a dominação e a resistência, a ação e a reação. (LOPES, 2006, p.38)

Com isso, o sentimento dos professores é de que as reformas curriculares vêm de forma não democrática, uma vez que, muitas delas, exigem sua implementação nas escolas, sem discussão ou mesmo a compreensão dos atores que irão colocar as reformas em funcionamento. Por isso, muitas vezes, não são compreendidas pelos professores, e não são vistas como desejáveis ou viáveis devido à falta de recursos, de apoio por parte do Governo, ou de melhor formação de professores, sendo que o trabalho que o professor desenvolve na escola, muitas vezes de forma precária, se deve à alta carga de trabalho que muitos professores enfrentam o que vem a prejudicar muito a inserção de práticas na escola (MOREIRA e CANDAU, 2003). As políticas, desta forma,

notadamente gerencialistas são apresentadas como solução para todos os problemas da educação pública, articuladas, como se sabe, a partir de pressupostos da eficiência, dos resultados, da avaliação da competência. (HYPOLITO, 2010, p 1339)

O Estado, como condutor de políticas educacionais, tem como principal enfoque a formação de indivíduos, cada vez mais autônomos, para o mundo

globalizado, sendo esses alguns pontos que podem ser observados nas últimas reformas brasileiras.

Assim, nessas reformas curriculares, em especial as gestadas à luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio (BRASIL, 2000), é possível perceber orientações para a construção de currículos por competências, com tendências construtivistas, visando à superação de currículos conteudistas que tinham os conteúdos como fim, para pensar currículos com enfoque contextualizado e interdisciplinar, nos quais os conteúdos sejam os meios para atingir os objetivos educativos propostos. No caso da disciplina de Química, ao mesmo tempo que são inseridos temas mais amplos como meio ambiente ou saúde, mantem-se a fragmentação de conteúdos pontuais como, por exemplo, reações químicas, estequiometria e funções orgânicas, sendo considerados componentes necessários para o desenvolvimento de habilidades, nas quais a concentração em questões mais pontuais dos conteúdos, são usadas como base para desenvolver atividades contextualizadas. (LOPES, 2001).

Ao discutir as reformas curriculares, é importante pensar, inicialmente, sobre a concepção de currículo que se coloca em discussão. Em uma concepção tradicional, compreende-se currículo como matriz de conceitos que o aluno deve percorrer, no entanto, o currículo é mais do que isso. Para Bernstein (apud SACRISTÁN, 2013), “o currículo, em termos práticos, é composto por tudo o que ocupa o tempo escolar, então ele é algo mais do que o tradicionalmente considerado: como o conteúdo das matérias ou áreas a ensinar” (p.24). Neste sentido, é possível ressaltar que:

[...] Um currículo é um conjunto de elementos com fins educativos que, articulados entre si, permitem a orientação e a operacionalização de um sistema educativo por meio dos planos de ações pedagógicos e administrativos. Ele está ancorado nas realidades históricas, sociais, linguísticas, política, econômicas, religiosas, geográficas e culturais de um país, de uma região ou de uma localidade. (JONNAERT, ETTAYEBI E DEFISE, 2010, p. 37)

No Brasil, onde são visíveis as diferenças culturais e as desigualdades sociais é importante compreender que o currículo, particularmente os definidos em reformas curriculares governamentais também estão imersos em questões históricas, política, geográfica e cultural, portanto nunca se apresentam sem prever o caráter social que a educação deve desempenhar, além de inserir

posições culturais e históricas afim de promover uma educação humanizadora (LIMA, 2007).

Neste sentido, como afirma Lima (2007), mesmo quando um currículo é sugerido ou definido por governos, eles não podem ser considerados livres de valores sociais e/ou culturais, históricos e filosóficos. O currículo seria uma espécie de roteiro e a escola o palco das possíveis transformações que se pretende que os estudantes incorporem sendo o currículo, também, uma fonte de construção de identidades (MOREIRA e CANDAU, 2008)

O currículo, visto como construtor de identidades, é reconhecido como um dos principais eixos da educação e tem relevante participação na prática escolar. Assim sendo, não está livre de modificações e avaliações promovidas pelo poder público. Uma das formas de se avaliar os currículos e os processos de aprendizagem tem sido por meio de avaliações em larga escala, cujas principais finalidades, segundo Eynng (2007, pg. 155-156), são:

- a) Recolher informações que reflitam o mais fielmente possível a situação inicial, os processos e os produtos da situação a avaliar;
- b) Elaborar juízos de mérito ou valor a partir de critérios previamente estabelecidos ou consensuados no contexto do próprio processo da avaliação;
- c) Tomar decisões de melhora que conduzam à eleição e aplicação de alternativas de intervenção mais adequadas, a partir da informação avaliada ou em processo avaliativo.

As avaliações feitas pelo poder público, refletidas em dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), refletem uma lógica economicista já impregnada na sociedade, onde dados quantitativos da educação revelam uma crise no sistema de gestão e qualidade de ensino das escolas (CANDAU, 1999). Nesta lógica, o governo propõe políticas curriculares que, pautadas em exames nacionais, norteiam a inserção de tais políticas, visando melhorias de qualidade da educação básica.

Assim, acompanhamos a prática de submeter o currículo escolar aos exames nacionais, na forma de provas diagnósticas nacionais e, de acordo com os resultados das mesmas, vemos que são implementadas políticas públicas, na forma de programas e projetos, como anúncio de promover melhoria desses resultados.

O trabalho que está sendo apresentado procurou investigar os efeitos dessas políticas na escola pesquisada, para isto definir o currículo como algo inerente à escola e grande foco de mudanças e reformas em forma de políticas é importante para compreender os movimentos e mudanças que a escola vem sofrendo e os efeitos de tais transformações.

#### **4.1 Educação escolar**

A escola, que é um ambiente democrático na produção de saberes, tem nas figuras de professores e alunos o papel de desenvolver a aprendizagem, divulgação e socialização de aspectos culturais, com manutenção de conhecimentos e facilitação do acesso à ciência e aos valores humanos. Atualmente existem muitos meios de acesso a informação e ao conhecimento, entretanto, a escola ainda é considerada como espaço de educação social mais eficiente (LOPES, 1998).

A escola desempenha sua função em um mundo globalizado, onde diversas questões são levantadas, como direitos humanos, igualdade, pobreza, tecnologia e mercado, entre outras, cabendo a seguinte reflexão:

Tais questões refletem visões de cultura, escola, ensino e aprendizagem que não dão conta, a nosso ver, dos desafios encontrados em uma sala de aula “invadida” por diferentes grupos sociais e culturais, antes ausentes desse espaço. Não dão conta, acreditamos, do inevitável caráter multicultural das sociedades contemporâneas, nem respondem às contradições e às demandas provocadas pelos processos de globalização econômica e de mundialização da cultura. (MOREIRA e CANDAU, 2003, p. 156)

Para que a escola corresponda às necessidades da sociedade atual, deve-se perceber o currículo como o “núcleo definidor” da atividade escolar (ROLDÃO, 2013), onde deve haver a preocupação de mediar os conhecimentos e saberes a fim de dar formação sólida e contextualizada aos alunos. Deve-se entender, então, dois eixos fundamentais na questão de currículo escolar, onde:

(1) Dar sustentabilidade as necessidades de manutenção ou crescimento da sociedade num dado momento e contexto, e (2) atribuir a cada indivíduo o acesso a esse conhecimento sem o qual a sua inclusão social, o seu poder de intervenção cidadã e o seu

desenvolvimento como pessoa são ameaçados. (ROLDÃO, 2013, p 132)

Portanto, pensar a educação escolar, deve ir além de se perguntar o que ensinar, mas também é necessário refletir acerca daqueles que serão ensinados, em quais contextos os mesmos se encontram, que tipo de cidadão queremos formar, etc; sendo essas questões fundamentais quando se pensa em educação.

Quando se reflete sobre os processos de melhorias no ensino e na aprendizagem na escola e nos programas e projetos que a escola desenvolve, deve-se compreender quem são os sujeitos das reformas que se pretende empreender, não só questões sociais, mas também econômicas, a fim de se desempenhar, através de políticas eficazes, medidas adequadas e inovadoras, visando o tipo de sujeito que se pretende formar.

No processo de educação escolar, valem ressaltar duas questões muito importantes nos processos de fazer escola que é o professor e a gestão escolar.

Em um contexto onde o pensar educação passa a abranger questões que levem em consideração a formação para a cidadania e para o conhecimento multifacetado, em uma sociedade onde a informação está largamente difundida em meios midiáticos e pela internet, o papel de organizar as informações para que as mesmas se transformem em saberes e conhecimentos dos alunos é principalmente o do professor (ANTUNES, 2008).

O professor deve estar inserido no meio dos debates acerca da educação ao mesmo tempo atualizado quanto políticas e novas diretrizes curriculares e educacionais, pois é a figura do professor que é a protagonista das reformas e transformações no contexto escolar (PIMENTA, 1996). O professor como protagonista na questão escolar coloca também uma reflexão de que é através do professor em que os processos de melhoria da educação, sejam em forma de políticas públicas ou de mudanças de prática pedagógica, irá passar.

Outra importante ação na educação escolar é no que diz respeito à gestão escolar. Um dos cenários mais importante da educação escolar é no que diz respeito às preocupações com currículo; quanto aos objetivos, necessidades e interesses da escola; formação e conhecimentos escolares a

serem trabalhados; atualização de tempos, espaços e modos; etc (GOERGEN, 2013)

Muitos destes cenários são reestruturados, repensados ou reformados por políticas públicas educacionais que visam a melhoria na qualidade do ensino, cabendo a gestão escolar acolher as propostas e colocá-las em prática na escola. Para isto, uma gestão escolar eficiente deve ser capaz de ter

visão política e a capacidade de dialogar com as comunidades escolar e local são essenciais. O estilo de liderança do gestor é determinante para o inter-relacionamento dessas comunidades e de sucesso escolar. (FREITAS, 2000, p. 57)

A visão política, a compreensão das possíveis mudanças e na escola e capacidade de dialogar e se atualizar são características de uma gestão eficiente das escolas, ainda mais em um cenário de mudanças políticas constantes.

A educação escolar deve ser compreendida como em constante transformação, no contexto de um mundo dinâmico e globalizado, onde as relações de trabalho, sociais, midiáticas e de conhecimento estão em plena transformação. Para isto, os papéis do professor e a gestão das escolas devem ser refletidas em um mundo com as características dos tempos atuais, a fim de que se consiga a melhoria no ensino e na prática escolar pretendida.

## 5 Metodologia da pesquisa

A pesquisa, de caráter qualitativo, busca realizar análises, interpretando seus significados e para isso:

[...] se utiliza de análises textuais. Seja partindo de textos já existentes, seja produzindo o material de análise a partir de entrevistas e observações, a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão. (MORAES, 1999, pg. 7)

Segundo CHIZZOTTI (2010), existem pressupostos que devem ser levados em consideração para a realização de uma pesquisa de caráter qualitativo, que são:

1° Delimitação e formulação do problema: o pesquisador de alguma forma, seja pela experiência ou pela observação, tenha tido contato com contexto no qual a questão de pesquisa se encontra;

2° Pesquisador: o pesquisador precisa se despojar de preconceitos ou de predisposições, afim de que não esteja inclinado a conduzir-se por símbolos próprios, mas que obtenha uma compreensão mais ampla;

3° Agente pesquisado: o agente pesquisado também é fundamental a medida que o mesmo tenha conhecimento prático daquilo que está sendo pesquisado, a fim de que, com sua vivência e experiência, mesmo que o pesquisado não tenha senso crítico a respeito do assunto, se possa obter resultados que sejam consonantes com a realidade vivenciada;

4° Os dados coletados: A análise dos dados deste tipo de pesquisa não é como em pesquisas quantitativas, na qual os dados empíricos ou estatísticos revelam os resultados, mas se dá através de análises onde é relevante o contexto no qual está inserido a pesquisa, os agentes envolvidos, aquilo que é explícito nos objetos coletados e também aquilo que está implícito.

5° As técnicas: como a pesquisa qualitativa tem um caráter interpretativo de dados, pode-se usar diferentes técnicas para a mesma. No caso desta



pesquisa, pode-se dizer que se aproxima de um estudo de caso, sendo considerado o espaço e a realidade de uma dada escola o objeto do estudo.

No estudo de caso há uma contextualização do objeto de estudo, cabendo ao pesquisador interpretar os dados coletados e descrevê-los. Neste tipo de pesquisa, podemos destacar algumas características:

A primeira característica diz respeito ao fato de que o estudo de caso focaliza uma situação, um fenômeno particular, o que o faz um tipo de estudo adequado para investigar problemas práticos. A característica da descrição significa o detalhamento completo e literal da situação investigada. A heurística refere-se à ideia de que o estudo de caso ilumina a compreensão do leitor sobre o fenômeno estudado [...] A última característica, indução, significa que, em sua maioria, os estudos de caso se baseiam na lógica indutiva. (DE DEUS, CUNHA E MACIEL; 2010, p. 4)

A pesquisa propõe realizar uma análise sobre a implementação de políticas educacionais – curricular e de investimentos – em uma escola da rede pública estadual, procurando analisar, em relação às finalidades dessas políticas, a percepção da escola sobre seus efeitos nas práticas da escola e no desempenho dos estudantes, especialmente na área de Ciências/Química. Para atender esse objetivo mais geral, são objetivos específicos da pesquisa:

- a) Realizar pesquisa nos planos de ensino da disciplina de química, analisar os conteúdos e compará-los com os pressupostos das reformas curriculares em vigor;
- b) Conhecer e levantar informações sobre políticas públicas educacionais para a educação básica - fazer leituras e estudos sobre políticas públicas educacionais, currículo e educação escolar;
- c) Procurar ver a percepção de como a escola vê as políticas de investimento e de currículo na escola e se estas estão atendendo as finalidades propostas, segundo a ótica da coordenação pedagógica e de uma professora de Química

Esta pesquisa tem como tema o estudo das políticas educacionais em desenvolvimento na escola e o modo como os registros em documentos apontam essas políticas, bem como o modo como são avaliadas e reconhecidas pela equipe pedagógica e pela professora de Química. Para o desenvolvimento do estudo, foram realizadas ações descritas a seguir:

Primeiramente foram realizadas leituras sobre políticas públicas educacionais: políticas de avaliação, políticas curriculares, programas e

projetos governamentais e educação escolar. Essas leituras se deram com uso da ferramenta de pesquisa do Google Acadêmico, em busca de artigos que envolvessem os temas envolvidos no estudo, colocando no sítio de busca palavras chave como: políticas-públicas-educação, currículo-química-avaliação, políticas-públicas-curriculo-química. Foram encontrados artigos com indicações teóricas para a realização do trabalho, bem como para a construção da argumentação para as análises.

Concomitante a este primeiro momento, foi feita pesquisa em documentos legais disponibilizados em sítios do Ministério da Educação para o levantamento de informações sobre: o Programa Mais Educação, o Programa Nacional do Livro Didático, o Programa Ensino Médio Inovador (ProEmi) e, também, na Secretaria Estadual da Educação do Estado do Rio Grande do Sul sobre a Proposta de Reestruturação Curricular – Ensino Médio Politécnico -- procurando ver as implicações dessa reforma na escola, em especial na disciplina de Química. Também na escola, foi feita pesquisa em documentos, no Projeto Político Pedagógico e em planos de ensino de Química, buscando conhecer a perspectiva curricular da escola e da disciplina de Química

Os dados pesquisados nos planos de ensino foram organizados em tabelas, procurando indicar os conteúdos ensinados, conhecimentos/assuntos legitimados nesse documento, e relacioná-los às políticas de currículo em vigor na escola, tanto o EMP, quanto o ProEmi.

Foram sujeitos da pesquisa a professora de química (atualmente a única professora de Química na escola, sendo também professora de Seminário Integrado) e a coordenadora pedagógica, responsável por todos os programas e projetos implementados e conhecedora do funcionamento pedagógico e administrativo da escola.

Para conhecer a percepção da coordenação pedagógica e da professora de Química sobre as políticas educacionais desenvolvidas na escola, foi produzido um instrumento de pesquisa para servir como roteiro para as entrevistas. O instrumento composto com questões semi-abertas, teve o objetivo de possibilitar um maior grau de liberdade no que diz respeito às respostas, sem haver interferências de respostas já pré-estabelecidas pelo pesquisador. (CHAER, DINIZ, RIBEIRO, 2011). Com este instrumento, procurou-se conhecer o modo como a escola percebe os movimentos para a

melhoria do ensino e da aprendizagem dos alunos e, neste sentido, o impacto dos programas e projetos governamentais na educação escolar.

O roteiro para a entrevista se baseou nas questões indicadas nos quadros 1 e 2:

<b>Questionário</b>	
<b>Coordenação Pedagógica (CP)</b>	
<b>1)</b>	Sobre os programas desenvolvidos na escola, comente sobre: o tempo de participação da escola, qual é o alcance no que diz respeito aos envolvidos no desenvolvimento dos programas, quais os investimentos que tais programas efetuam na escola e quais são as expectativas com relação à permanência ou renovação destes programas na escola?
<b>a)</b>	Programa Nacional do Livro Didático
<b>b)</b>	Programa Mais Educação
<b>c)</b>	Programa Ensino Médio Inovador
<b>3)</b>	Quanto ao Programa Nacional do Livro Didático:
<b>a)</b>	Os livros distribuídos na escola são de fato usados pelos alunos, em particular os de Química?
<b>b)</b>	O uso do livro didático tem auxiliado os estudantes quanto sua aprendizagem?
<b>c)</b>	O material distribuído é suficiente para suprir as necessidades do aluno?
<b>2)</b>	Com relação ao programa Mais Educação:
<b>a)</b>	Quanto às finalidades do programa e os resultados na escola como você avalia o Programa Mais Educação?
<b>b)</b>	Como está estruturado e organizado o programa na escola? Qual é a metodologia utilizada na execução deste programa?
<b>c)</b>	Como avalia o desempenho dos alunos participantes no que diz respeito à aprendizagem, taxa de aprovação e evasão?
<b>d)</b>	Você considera o Mais educação um programa que serve de inspiração ou incentivo para a escola em turno integral? Como a escola avalia o programa neste sentido?
<b>4)</b>	Quanto ao Programa Ensino Médio Inovador:
<b>a)</b>	No que o programa ensino médio inovador se diferencia da proposta de reestruturação curricular do Ensino Médio Politécnico?
<b>b)</b>	Quais são as ações que o ProEmi propõe escola?
<b>c)</b>	Quais investimentos que o ProEmi possibilita na escola?
<b>5)</b>	Quanto ao Ensino Médio Politécnico:
<b>a)</b>	Quais as mudanças com relação a tempos e espaços da escola sofridas através do Ensino Médio Politécnico?
<b>b)</b>	Houve mudanças de prática pedagógica com a implementação do Ensino Médio Politécnico? Indique algumas.
<b>c)</b>	Como você avalia a implementação e desenvolvimento da reforma com relação a:
	Discussão e compreensão sobre currículo
	Participação e envolvimento dos professores
	Desempenho dos alunos em relação à aprendizagem
	Resistências à reforma

Quadro 1 – Questionário coordenação pedagógica. Fonte: Autor, 2015

<b>Professor (P)</b>	
<b>1)</b>	Quanto ao Programa Nacional do Livro Didático:
<b>a)</b>	Os livros distribuídos na escola são de fato usados pelos alunos, em particular os de Química?
<b>b)</b>	O uso do livro didático tem auxiliado os estudantes quanto sua aprendizagem?
<b>c)</b>	O material distribuído é suficiente para suprir as necessidades do aluno?
<b>d)</b>	O livro solicitado pelo professor foi o distribuído á escola?
<b>2)</b>	Quanto ao Programa Ensino Médio Inovador:
<b>a)</b>	No que o programa ensino médio inovador se diferencia da proposta de reestruturação curricular do Ensino Médio Politécnico no ensino de química?
<b>b)</b>	Como o professor avalia a reestruturação curricular proposta pelo ProEMI em relação ao ensino e aprendizagem de Química?
<b>c)</b>	O ProEmi possibilita algum investimento em material ou espaços para o Ensino de Química?
<b>3)</b>	Sobre o Programa Ensino Médio Politécnico:
<b>a)</b>	Como o professor está vendo o ensino médio politécnico no ensino e aprendizagem do aluno em química?
<b>b)</b>	O que mudou no ensino de química com a implantação deste programa?
<b>c)</b>	Quanto ao ensino de química, quais foram as mudanças nos conteúdos escolhidos para o ensino?
<b>d)</b>	Como a química tem sido organizada nos seminários integrados?

Quadro 2 – Questionário Professor. Fonte: Autor, 2015

A entrevista foi gravada e, posteriormente, degravada para a análise das respostas dos entrevistados.

Para a análise dos dados, documental e das entrevistas, foi utilizada a análise interpretativa na qual se propôs uma triangulação, considerando excertos os documentos legais, a fala da professora de química e a fala da coordenadora pedagógica. Para essa metodologia de análise, houve uma preocupação de utilizar conhecimentos anteriores, além de buscar compreender o contexto na qual as respostas foram dadas. Neste tipo de metodologia, temos:

A análise tendo como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 1999, p. 168).

Os entrevistados assinaram termo de consentimento, sendo identificados como Professor (P) e Coordenador Pedagógico (CP).

## **6 Políticas educacionais e análise de mudanças na escola**

### **6.1 Políticas de currículo em ação no ensino médio**

Na escola pesquisada o Ensino Médio Politécnico (EMP) foi implantado em 2012, assim como em todas as escolas da rede Estadual do RS, como projeto de reestruturação curricular para o ensino médio. Em nível federal, também como proposta de reforma curricular, foi implementado no mesmo ano, o Programa Ensino Médio Inovador (ProEmi). Essas reformas são definidas pelo Governo, respectivamente, pela Secretaria de Educação (SEC/RS) e pelo Ministério da Educação (MEC), para serem executadas nas escolas.

Nesta pesquisa, além do Projeto Pedagógico da escola, foram analisados os planos de ensino de Química, sendo possível observar nesses que os conceitos aparecem listados sem haver menção aos conhecimentos do cotidiano, referência a sua contextualização ou indicação de tratamento interdisciplinar, como é a orientação do EMP ou do ProEmi. Percebe-se a organização curricular em uma relação de conteúdos fragmentados e, com exceção do primeiro conteúdo planejado para o 1º ano do Ensino Médio, praticamente não há indicação de contextualização desses conteúdos ou de práticas interdisciplinares, como pode ser visto na tabela a seguir (Quadro 3).

		Conteúdo			
Química	1º Ano		2º Ano	3º Ano	
	Importância da Química no cotidiano do homem		Tipos de soluções e suas concentrações	Carbono e suas propriedades	
	Substância Simples e Compostos Elementos químicos e suas características Modelos atômicos Misturas - propriedades físicas da matéria		Entalpia Tipos de calor Lei de Hess Fatores que influenciam a velocidade de uma reação	Cadeias Carbônicas  Hidrocarbonetos  Tipos de combustíveis	Classificações Derivados do Petróleo
	Famílias, períodos, número atômico e Lei de Moseley		Catalisadores	Funções Orgânicas	Alcoóis
	Classificação dos elementos	Representativos	Cálculo de velocidade média		Aldeídos
		De transição	Equilíbrio químico		Cetomas
	Ligação iônica e suas características Ligação Covalente e suas características		Constante de equilíbrio Fatores que deslocam o equilíbrio	Isomeria Plana	Ácidos Carboxílicos
	Ligação Metálica e sua importância		Cálculo de pH e pOH Gráfico de concentração relacionado com tempo Equilíbrio iônico Cálculos estequiométricos		Esteres
	Número de oxidação	Regras para determinar Nox Reação Redox - cálculo Agente oxidante Agente Redutor		Isomeria espacial	Plana de Cadeia de Composição de Posição Tautomeria
		Funções inorgânicas	Ácidos		
	Bases			Aminas Amidas	Geométrica
	Sais Óxidos				
Reações de ácidos e bases					
Nomenclatura e classificação dos compostos					

Quadro 3 – Plano de Ensino Química. Fonte: Autor, 2015

Embora os documentos oficiais orientem para que haja a valorização de conhecimentos cotidianos, com diminuição da fragmentação dos conteúdos e promoção do diálogo interdisciplinar, para o 1º, 2º e 3º ano do Ensino médio, não há registro de abordagem de temas que contextualizem os conceitos de química ou de projetos interdisciplinares, sendo que os conteúdos selecionados continuam seguindo uma orientação que não coincide com o indicado pelo proposto pelo EMP e pelo ProEmi. A questão da fragmentação dos conteúdos no ensino médio, é apontado no documento do Ensino Médio Politécnico:

constata-se que o ensino se realiza mediante um currículo fragmentado, dissociado da realidade sócio-histórica, e, portanto, do tempo social, cultural, econômico e dos avanços tecnológicos da informação e da comunicação. (RIO GRANDE DO SUL, 2010, pg. 5)

Também no documento orientador do Programa Ensino Médio Inovador (2011), a existência de uma pedagogia que se preocupa apenas com conceitos de questões pontuais das disciplinas é foco de preocupação ao sugerir, conforme apontado anteriormente, uma abordagem que possibilite uma leitura teórico-prática, instigando o tratamento dos conteúdos de forma interdisciplinar.

Assim, vê-se que os registros nos planos de ensino parecem contraditórios com as orientações de reformas vigentes ou anunciadas, tampouco são, conforme Lima e Grillo (2008, p. 13) afirmam, "...suficientemente significativos", uma vez que dispostos de forma linear e sem

conexão uns com os outros, o planejado para o ensino pode não possibilitar aos alunos melhor compreensão da sua realidade e discussão de questões do cotidiano.

Percebe-se a ausência de mudanças naquilo que se ensina na escola dificuldade em relação a orientações dadas pelos documentos oficiais, pois parece ainda imperar um currículo descontextualizado e que, provavelmente, esteja baseado em antigas listas de conteúdos de livros didáticos. Isso, de certa forma é confirmado pela professora de Química e pela coordenadora pedagógica, quando afirmam:

“Eu não mudei, acho que nenhum professor mudou” (P).

“Houve muita resistência dos professores à proposta, não é nem questão de corpo mole dos professores, mas a proposta de currículo que veio é muito vaga” (CP)

Pode-se perceber, analisando os documentos e as falas da professora de Química e da coordenadora pedagógica, o modo como os projetos de reestruturação curricular estariam sendo vistos e tratados na escola, não havendo, em grande parte devido à resistência dos professores à proposta do EMP, modificações naquilo que se ensina e na forma com que se ensina.

Talvez essa dificuldade em pensar as atualizações dos conteúdos de ensino tenha como explicação o dogmatismo dos sujeitos da escola, professores, alunos e demais agentes da equipe escolar. O dogmatismo pode ser definido como dificuldade de indivíduos de se proporem a mudanças, no caso da escola, mudanças na forma de ensinar e de se gerir. Essas dificuldades podem ser de ordem psicológica, sociológica e metodológica, uma vez que os indivíduos envolvidos podem ter dificuldades de compreender as mudanças como necessárias, ou ainda percebê-las como desnecessárias ou mal desenvolvidas (CAVALCANTI, 1980), ainda mais ao se perceber que os envolvidos diretamente na execução das mudanças recebem a maioria destas reformas como uma imposição de proposições que a escola recebe e se vê abrigada a aderir (LOPES, 2006).

Mas isso não significa que não tenha havido nenhum movimento de mudança na escola, mas esse movimento é apontado, especialmente, com relação a adaptações para atender o aumento de carga horária (RIO GRANDE DO SUL 2011), de 800h para 1000h no componente curricular, sendo

necessário adotar aulas em turno inverso e modificar o calendário da escola, no que diz respeito aos dias letivos. Para a coordenadora pedagógica, isso está sendo um complicador, uma vez que, segundo ela:

“...há muitos alunos que trabalham no turno inverso” (CP).

Outra mudança que a escola passou foi com relação à compreensão e discussão do currículo na escola, sendo realizadas reuniões para discutir as mudanças propostas no currículo, com revisão da seleção de conteúdos e proposição de práticas pedagógicas diferentes, especialmente nos Seminários Integrados, para contemplar os objetivos referentes ao desenvolvimento de competências e habilidades, à pesquisa e à interdisciplinaridade. Uma dificuldade encontrada pela escola nesta questão foi com relação à falta de flexibilidade em discutir a proposição de mudanças, como indicam as falas da coordenadora pedagógica e da professora

“...a proposta veio fechada e a escola teve que se adequar a ela” (CP).

“...um programa muito vago que teve de ser costurado no processo”, a escola precisou se adaptar à proposta e estava procurando desenvolvê-la. (CP)

“Nada, não houve nenhuma mudança na sala de aula com o Politécnico” (P).

Vê-se, assim, que a própria implementação do EMP sofreu resistência por parte dos professores que, segundo a coordenadora pedagógica, não compreendeu a proposta devido à falta de diálogo e esclarecimento por parte do Governo. Esta resistência pode ser evidenciada, por exemplo, no depoimento da professora de Química que anunciou não reconhecer mudanças no modo de trabalhar a disciplina, a não ser na forma de avaliar o aluno. Inclusive com relação à seleção de conteúdos, informou que esta não foi modificada.

Para Lopes (2006), muitas reformas pelas quais a escola passa não tem ampla discussão na comunidade escolar antes de serem colocadas em prática, sendo discutidas somente no momento e após sua implementação. Nesse sentido, a coordenadora pedagógica indicou descontentamento pelo fato de a reforma não ter sido discutida na escola, e sido imposta pelo governo, gerando resistência em boa parte dos professores, desde o início de sua implantação.



Além de modificações na seleção do que deve ser ensinado e na forma de ensinar, também houve mudança na forma de expressar os resultados da avaliação, o que, para a professora de Química, não implicou mudança efetiva na forma de avaliar, mas apenas nivelando alunos de tal forma que:

“O aluno que tira mais de 60% tem o mesmo conceito que quem tira nota máxima”. (P)

Neste sentido, o documento do EMP (RIO GRANDE DO SUL, 2011) sugere uma avaliação emancipatória que supere o caráter classificatório, avaliando o aluno de forma a levar em consideração o processo educativo como um todo, o que ocorreu foi a transformação de notas em conceitos, classificando os alunos em torno da porcentagem de aproveitamento.

Com relação à avaliação emancipatória, esta não deve ser vista apenas como um meio de se classificar o aluno, de conceituar seu desempenho ou de dar notas as atividades propostas, mas uma maneira efetiva de, através de uma proposta metodológica de avaliação, ter registros significativos onde são analisadas a aprendizagem do aluno, seu progresso e suas dificuldades para que se possam propor maneiras de intervenção e novas metodologias que possam auxiliar no processo de construção de conhecimento por parte do aluno (LOCH, 2000).

Por outro lado, é importante ressaltar, ainda, que ao pensar esta forma de avaliação, é preciso perceber as limitações de professores, que não só possuem turmas com grande número de estudantes como uma carga horária de trabalho alta. Estas questões ligadas à atividade profissional do professor, também, precisam ser pensadas e levadas em consideração, quando da proposição de uma reforma como a do EMP.

Além de mudanças na avaliação, também a criação do componente curricular Seminário Integrado (SI), trouxe um movimento de mudança nas práticas da escola. O SI, segundo o que foi orientado às escolas, seria ofertado, no 1º ano do Ensino Médio, com carga horária correspondente a 25% do total de horas; no 2º ano, com carga horária de 50%; e no 3º ano, com carga horária de 75%. Entretanto, segundo a coordenadora pedagógica, isto não foi possível, pois não havia orientação mais precisa com relação a este componente, sendo a falta de orientação para o trabalho como o Seminário

Integrado, também reclamação da professora, como pode-se observar nas afirmações que seguem:

“...se pode planejar e se pode inovar, mas precisa ter uma orientação e organização, não se pode criar coisas sem base” (CP).

“...estar com sérios problemas com esta disciplina. Estou perdida com os alunos” (P)

A coordenação pedagógica da escola reforça que não teria sido discutido ou explicado suficientemente qual o papel do SI no currículo, e que não houve orientação suficiente aos professores e funcionários da escola. Diante dessas dificuldades, o modo encontrado foi realizar, no SI, abordagem de temas variados, como foi informado pela professora de química.

“Estou trabalhando com os alunos temas, como energia nuclear, lixo e outras questões” (P)

Mas sabe-se que a abordagem de temas por si só não implica atender os objetivos dos SI. O componente curricular Seminário Integrado (SI) reúne três eixos organizacionais do EMP, que são a pesquisa, a interdisciplinaridade e a abordagem teórico-prática. Na realização do SI, estes eixos são articulados a conhecimentos sociais – práticas sociais, realidade, eixos temáticos e pedagógicos – e com conhecimentos formais – ciências da natureza, matemática, ciências humanas e linguagens. Esta articulação dos conhecimentos com o eixo principal do SI tem como objetivo formar um enfoque crítico-investigativo na forma de ensinar para que se tenha uma construção de conhecimento que promova uma intervenção dos sujeitos na realidade (AZEVEDO e REIS, 2013)

De acordo com os autores, a proposição do SI de tratar temas que sejam significantes para o aluno e para a sociedade, com autonomia da escola em definir temas e métodos de trabalho, pode ter causado estranhamento dos professores, diante de uma disciplina que tinha como base a pesquisa e a interdisciplinaridade, especialmente quando ministrada por uma professora de uma disciplina específica, o que parece ser contraditório com a ideia de interdisciplinaridade.

Em uma educação voltada para a pesquisa, Moraes (2004) defende três princípios. O primeiro invoca a pesquisa como participação cooperativa onde os sujeitos participam e cooperam no objetivo da pesquisa, podendo assim o

aluno perceber a realidade em sua volta e também se responsabilizar pelas mudanças que podem ocorrer na sociedade. Outro princípio trata o papel da pesquisa para argumentar criticamente, onde o aluno busca argumentos qualificados e fundamentados para o desenvolvimento da crítica e do conhecimento. Por fim, diz que pesquisar é transformar reconstrutivamente, com o aluno se envolvendo na pesquisa a fim de ter uma postura diante dos fatos e transformar a realidade.

Para realizar este tipo de abordagem é necessário que a formação dos professores contemple novas metodologias de ensino, tanto para professores em formação inicial quanto para os que estão em formação continuada. Alarcão (2001) aponta que para haver mudanças na escola é necessário que se supere o antigo paradigma escolar como modo de se adentrar em uma nova realidade, na qual os professores revejam conceitos, crenças e práticas pedagógicas em busca da renovação e atualização das mesmas.

Ainda com relação ao SI, outro desafio, segundo a coordenação pedagógica e a professora, é vencer a resistência dos alunos à disciplina, pois segundo a Coordenadora Pedagógica:

“Os alunos tinham de ser avaliados basicamente pelo Seminário Integrado, mas o mesmo não reprova, logo era um componente curricular gigante no qual tínhamos muitas expectativas, mas que no processo se descobriu que não reprova”. (CP)

“Os alunos nesta disciplina vêm apenas se quiser, afinal eles descobriram que esta disciplina não reprova”. (P)

Esta questão da impossibilidade da reprovação aliado ao fato da disciplina ser ofertada no turno inverso ao das aulas regulares, estaria justificando o aumento do desinteresse e infrequência dos alunos.

É possível observar, portanto, que a reforma não foi bem recebida pelos professores na escola, recebendo os seguintes comentários da coordenadora pedagógica:

“desastrosa, pois parte de um princípio e não conseguem enxergar mais além” (CP)

Mas, ao mesmo tempo, reconhece que este é currículo que está sendo desenvolvido na escola e que:

“As pessoas que trabalham na escola têm a possibilidade de ajudar o projeto, pois lidamos com as situações da escola no dia a dia”. (CP)

Para ela, se houvesse a participação e a discussão de professores da escola na elaboração da reestruturação curricular, a mesma poderia ter obtido mais sucesso e adesão, e afirma:

“Temos a capacidade de colaborar, embora nos deixem a margem do processo” (CP)

Já, a professora de Química não conseguiu destacar a capacidade de a escola poder se envolver e avaliou como negativos os resultados obtidos pela reestruturação, uma vez que não considera que houve avanço efetivo para os alunos na disciplina de Química:

“Não houve avanço e nem melhoria” (P)

É possível refletir que, devido ao fato de não ter sido previamente discutido com as escolas, sendo uma política, conforme Lopes (2006, pg. 38), “lançada de cima para baixo”, o EMP vem sofrendo resistências por parte de professores e alunos, e ainda encontra dificuldade de se estabelecer na escola, mesmo após 3 anos de sua implementação.

Além do EMP, no mesmo período, outra política curricular que passou a ser inserida na escola, foi o Programa Ensino Médio Inovador (ProEmi), cuja a adesão das escolas da rede pública é automática, sendo contemplados apenas os estudantes do curso diurno.

Como o Estado do Rio Grande do Sul passou pela implementação do EMP ao mesmo tempo em que estava sendo proposta o ProEmi, foi dada as escolas da 5° CRE, segundo a coordenação pedagógica da escola, uma orientação no sentido de que os programas seriam adotados e colocados em prática juntos, de forma que um complementasse o outro. Na escola pesquisada, o EMP foi implementado a título de reestruturação curricular, enquanto o ProEmi promoveu investimentos financeiros, que viriam a financiar as práticas do EMP.

Na entrevista, a professora de Química afirmou que desconhecia o ProEmi e sua relação de complementaridade com o EMP, e que Programa não tinha sido discutido com os professores:

“Vou te falar a verdade, não conheço o ProEmi, não foi discutido” (P)

Os programas EMP e ProEmi são, em seus documentos orientadores, semelhantes, pois ambos recomendam a interdisciplinaridade, a abordagem sócio-pedagógica, a associação entre a teoria e a prática, o aumento da carga horária escolar, e a diversificação do currículo, entre outros. Estas semelhanças corroboraram para a unificação dos programas na escola, considerando a complementaridade já destacada entre esses programas.

Como foi possível perceber na discussão sobre os programas de reestruturação curricular junto à escola pesquisada, esses são anunciados como formas de promover mudanças quanto à abordagem e à escolha dos conteúdos, de modo a haver diversificação nos processos envolvidos naquilo que se ensina. Por diversas razões, os movimentos curriculares têm encontrado dificuldades de instituir mudanças que atendam as orientações legais de modo a promover mudanças efetivas no sentido da melhoria do ensino e da aprendizagem dos alunos nas escolas.

O ProEmi, como ação curricular, propôs financiamento e diversificação das práticas da escola, principalmente, quanto ao financiamento para saídas a museus, atividades culturais, zoológicos e outras práticas “inovadoras” para as atividades escolares, com a participação dos alunos. Ao mesmo tempo financiou reformas necessárias para o funcionamento do EMP.

Em função disso, a coordenadora pedagógica valoriza a importância do ProEmi para a escola, e demonstra preocupação quanto ao seu término, pois as escolas não receberiam mais o financiamento proveniente do programa:

“O ano passado foi bem substancial, chegou uma verba do ProEmi muito boa que era para as crianças aproveitarem, fazerem oficinas diferenciadas, passeios variados e a gente aproveitou bastante mesmo”  
(CP)

“Mas esse ano também congelou, o que fizemos foi no ano passado”.  
(CP)

Esta realidade nas escolas, de descontinuidade de programas e reestruturações têm causado apreensão na escola estudada, uma vez que programas surgem na escola sem o devido planejamento ou discussão adequada com a equipe diretiva e com os professores, que muitas vezes desconhecem até mesmo a existência dos mesmos, como o caso do ProEmi. Esta falta de organização dos programas, aliada à descontinuidade, não

promove uma organização a longo prazo e tampouco contribuí para melhorias nas práticas em educação.

## **6.2 Programas de financiamento escolar em ação na escola**

As escolas da rede pública estadual recebem, por meio das CREs, a possibilidade de participar de programas e projetos que auxiliam e financiam práticas e materiais escolares. Alguns destes programas, como o Programa Nacional do Livro Didático, estão em ação na escola já há algum tempo, abrangendo todas as séries da educação básica, com adesão automática das escolas. O Programa prevê a escolha, por parte dos professores, a cada três anos, dos livros que serão utilizados pelos alunos em cada disciplina.

Sobre esse programa, um dos problemas sofridos pelas escolas é o fato de, algumas vezes, não recebermos livros escolhidos pelos professores. Este problema foi encontrado na escola pesquisada, que, em algumas disciplinas, não recebeu o livro solicitado, não sendo este o caso da disciplina de Química.

O livro didático foi considerado pelos sujeitos da pesquisa um instrumento importante e eficiente no que diz respeito à aprendizagem dos alunos, mas, na escola, os livros são utilizados exclusivamente em sala de aula, sem que os estudantes possam levá-los para casa. A coordenadora pedagógica e a professora justificam essa permanência dos livros na escola, pela dificuldade que os alunos teriam de carregá-los para casa, por isso, permanecem em estantes disponibilizadas na escola. A professora e a coordenadora pedagógica justificam esta decisão da escola, dizendo:

“Nós fizemos aqui na escola estantes, o aluno do EM não precisa levar o livro para a casa, que é pesado mesmo e ele deixa na escola e acessa ao livro na escola” (CP)

“Se deixarmos eles levarem para casa, a maioria não traz de volta para escola” (P)

Neste sentido, é de se pensar se os investimentos no PNLD estão atendendo as suas finalidades, pois se o propósito é os alunos terem os livros para estudar, isso significa que teriam que ter os livros também em casa e não

apenas nas estantes da escola, ou seja, os livros não estão sendo utilizados como material de apoio, para estudo e pesquisa fora do ambiente da escola.

Entende-se que as funções do livro didático vão além das informações disponibilizadas, mas também podem dar forma à estruturação e à organização da aprendizagem dos alunos, além de guiá-los para sua construção de conhecimento, principalmente no que se refere a questões do mundo exterior, tendo como princípio que os estudantes compreendam a realidade (RICHAUDEAU, 1979, apud CARNEIRO, MENEZES e MÓL, 2005). Privar o estudante de utilizar o livro didático em sua casa é impedir que o processo de aprendizagem que o livro pode proporcionar em um ambiente fora da escola, sendo que o uso do livro como guia para os estudos, proposto pelo livro, acaba se perdendo, tornando-o um material quase que exclusivamente de consulta e realização de exercícios.

Isto pode ser evidenciado em outra questão realizada na pesquisa, onde foi perguntado à professora em qual momento o livro era utilizado em sala de aula e a mesma respondeu:

“...utilizo mais para exercícios” (P)

O fato dos livros não serem aproveitados, pelo menos na disciplina de química, de forma mais eficaz causa sérias dúvidas quanto ao aproveitamento desta política pública de investimento na escola, sendo que os investimentos por parte do Governo no PNLD são substanciais e deveriam ser melhor aproveitados em sala de aula, tanto pelos professores quanto pelos alunos, afinal o livro didático distribuído gratuitamente é um direito dos estudantes garantido pela política de Estado que é o PNLD.

Uma outra justificativa pelo pouco aproveitamento do livro didático distribuído na escola, segundo a coordenadora pedagógica, seria por ser considerado pelos professores como tendo metodologia difícil e, mesmo contendo informações interessantes, o material não seria

“muito didático, não é um livro de aplicabilidade fácil em sala de aula, então eles ficam escantilhados” (CP).

Ser considerado pouco didático ou de difícil aplicabilidade pode ser justificado pelo fato de muitos professores e alunos estarem acostumados com uma forma padronizada de livros mais tradicionais, apresentados em forma de textos e esquemas com uma única organização lógica de conteúdo

(CARNEIRO, MENEZES e MÓL, 2005). Quando os professores se deparam com uma proposta metodológica diferente, mais uma vez há resistências devido ao dogmatismo da forma de ensinar, proporcionando um preconceito com as formas metodológicas que diferentes livros assumem.

A questão levantada pelos sujeitos de pesquisa quanto à dificuldade de compreenderem a abordagem dos livros, também pode ser considerada uma falta de formação metodológica quanto à inovação no ensino, e que vem sendo acompanhada pelas produções de livros didáticos. Um dos pressupostos exigidos no desenvolvimento dos livros (BRASIL, 2012) é não apresentar atividades didáticas que enfatizem aprendizagem considerada mecânica, na qual a memorização de fórmulas, nomes e regras são o principal foco, além de fazer uma abordagem contextualizada dos conceitos apresentados. Este tipo de abordagem, que frisa a memorização e abordagem descontextualizada é comum em livros clássicos de ensino e que, muitas vezes, são aqueles que os professores estariam mais familiarizados do que os livros recomendados pelo PNLD.

Por outro lado, a coordenadora pedagógica “reclama” que o PNLD tem diminuído a oferta de livros de literatura infanto-juvenil, que também era contemplado pelo programa, mas que, devido a cortes de recursos, não foram mais enviados à escola, esses sim considerados uma perda, pois é possível que esses livros, ao contrário dos livros didáticos, sejam melhor aproveitados:

“Já na literatura infanto-juvenil a gente notou uma queda neles, não vieram e se a coisa ficar mais difícil em termos de governo será o primeiro a ser desativado ou reduzido” (CP)

Outro importante programa do qual a escola tem participado desde o ano de 2009, é o Programa Mais Educação. O programa contemplava o Ensino Fundamental, em turno inverso, e desenvolvia atividades envolvendo oficinas diversas como, por exemplo, de música e dança, além de financiar bolsas para monitores para a disciplina de matemática. Os alunos da escola eram convidados a participar do programa de forma facultativa.

O Programa Mais Educação, conforme seu documento orientador (BRASIL, 2009), tem objetivo de financiar atividades educacionais para a promoção da cultura, educação e desporto. Na escola pesquisada esses objetivos eram atendidos oferecendo oficinas que contemplavam as atividades



de cultura e desporto, onde os estudantes, em turno inverso, desenvolviam suas capacidades no esporte, dança e música:

“Ele dava recursos para pagar monitor, e também para montar as oficinas, de música e esporte, a escola escolhia aqui oficinas, ela tinha condições de montar, organizando e mandando o projeto para a 5° CRE então tínhamos condições para pagar a oficina e o monitor responsável” (CP)

Outra finalidade do programa seria oferecer apoio pedagógico aos alunos, na forma de monitorias, exclusivamente da disciplina de matemática, considerada pela coordenadora pedagógica a mais difícil. Neste sentido, o Programa tinha a intenção de melhorar os índices de aprovação e permanência na escola, segundo seu documento orientador.

Na escola, este objetivo era atendido parcialmente, uma vez que o Programa era voltado para alunos com dificuldades de aprendizagem, mas os alunos que tinham baixo rendimento não tinham interesse nas monitorias de matemática e, mesmo quando tinham interesse, não obtinham um desempenho satisfatório em sala de aula:

“O apoio em matemática tinha efeito para os alunos que tinham boa vontade, aqueles que não tinham boa vontade neste sentido continuava com nota baixa, mas a parte artística não tem reclamação” (CP)

Talvez, diante dessa dificuldade, aparentemente, a escola dedicou um espaço e atenção maior para as atividades de cultura e desporto, sendo perceptível a importância que a escola deu para estas atividades. O anúncio de encerramento do Programa foi lamentado pela coordenadora pedagógica, com a seguinte manifestação:

“...sentimos muita falta porque é uma válvula de escape para alguns alunos também” (CP).

No sentido de aumentar o tempo do estudante na escola, oferecendo atividades diversificadas, com o intuito de se aproximar do modelo de educação integral, a escola fazia uso das atividades eletivas para cumprir tal demanda. Para isto, contou com apoio financeiro para ter estrutura e poder atender os estudantes. Assim, contava, não só com o pagamento dos monitores pedagógicos e das oficinas, como também para oferecer instrumentos e espaço pedagógicos para os estudantes.

Quanto à experiência do funcionamento da escola em dois turnos, a coordenadora pedagógica desassocia o Programa do que seria o turno integral, uma vez que as atividades oferecidas no “Mais Educação” não eram necessariamente baseadas em aulas e sim em atividades diversificadas:

“Não, é diferente, esta história da educação integral me causa muito medo. O Mais Educação até é viável, mas tem os seus problemas, aqui na escola por exemplo, não temos um espaço muito bom, fica apertado, mas a gente tentava. A escola integral proposta pelo governo me assusta, porque manter o aluno durante 8 horas em uma escola é necessário dar atividades diversificadas e como sabemos como as coisas são encaradas, de repente se o governo não tiver dinheiro para, por exemplo, pagar um professor de música, ele vai trocar a aula de música para aula de português ou matemática que é mais fácil e tem bastante professores” (CP)

Sabe-se que a educação integral é uma mudança pretendida para a educação escolar que, além de necessitar mais espaços na escola, precisa pensar em um caráter diferenciado das práticas considerando que ações implementadas não devem ser compreendidas como menos importantes do que as que são tradicionalmente classificadas como disciplinas escolares. Essas modificações necessitam uma abertura na dimensão de formação humana, não favorecendo certos conhecimentos em detrimento de outros, mas valorizando a formação integral e as atividades desenvolvidas, que não devem ser consideradas extra-escolares. (LECLERC e MÓLL, 2012).

Mas, percebe-se também nas manifestações da coordenadora pedagógica uma preocupação quanto à possibilidade de a escola oferecer turno integral, já que teve a experiência de ver programas e financiamentos cancelados sem aviso prévio, obrigando a escola a desativar atividades que considerava importantes. Diz, ainda, que o turno inverso só pode ser contemplado com disciplinas já existentes, o que não implicaria mudanças no currículo, além disso, considera que seria um problema acomodar os alunos em função de dois turnos pela falta de recursos de estrutura, física, instrumental e humana da escola, para oferecer turno integral para todos os estudantes.

Como já vem sendo indicado, o fato é que uma série de programas e projetos têm sido implementados na escola, mas de uma hora para a outra são extintos em função de falta de recursos, como foi o caso do Programa Mais Educação, causando prejuízos e descontinuidade de atividades já em andamento na escola.

Também o ProEmi, programa de apoio com financiamento para a melhoria da estrutura da escola e para atividades pertinentes ao EMP, foi cancelado em 2015.

Os programas e projetos implementados nas escolas e abordados nesta seção sofreram, neste último ano, cortes, cancelamentos e reajustes por parte do governo federal que inviabilizou sua continuidade. Cortes de recursos contínuos no orçamento da educação têm causado preocupação quanto a continuidade de programas e projetos em desenvolvimento nas escolas e tem gerado um clima de insegurança quanto à melhoria no desempenho dos estudantes, já que essas políticas são anunciadas com esse propósito.

Neste sentido, as políticas públicas em educação têm sido marcadas por:

hegemonicamente pela lógica da descontinuidade, por carência de planejamento de longo prazo que evidenciasse políticas de conjunturais de governo. Tal dinâmica tem favorecido ações sem a devida articulação com os sistemas de ensino, destacando-se, particularmente, gestão e organização, formação inicial e continuada, estrutura curricular, processos de participação. Estado em detrimento de políticas. (DOURADO, 2007, p. 925-926)

Neste cenário, vê-se que as políticas instituídas não são acompanhadas ou avaliadas com relação aos seus resultados, o que pode ser utilizado como justificativa para sua extinção. Este fato é evidenciado na fala da coordenadora pedagógica da escola, quando diz que ao cessarem os investimentos, os programas, independentemente de já ter havido investimentos pesados por parte do governo, são extintos e as atividades que vinham sendo realizadas, são interrompidas.

Um dos aspectos comentados pela coordenadora pedagógica é que os investimentos em políticas públicas foram dados em materiais, instrumentos, desenvolvimento de espaços na escola e pagamento de monitores. Todas essas “melhorias”, em termos de estrutura e de espaço ficam na escola, mas

se não há recursos humanos os espaços ficam sem uso pela falta de monitores para desenvolver as atividades.

Refletir sobre a lógica na qual a escola trabalha, onde, aparentemente, a inovação e as mudanças devem vir necessariamente acompanhadas de investimentos financeiros continuados traz uma reflexão sobre educação escolar, que deve ter como princípio a organização e planejamento a curto, médio e longo prazo, além de políticas públicas efetivas que possam acompanhar a escola, ao mesmo tempo que estas políticas também devem ser avaliadas, reestruturadas e repensadas, de modo que sejam voltadas para a melhoria na educação básica.

## 7 Considerações finais

Nesta pesquisa, foi possível evidenciar a falta de consonância entre os planos de ensino da disciplina de química com os documentos que propõe reformas curriculares, tais como o Ensino Médio Politécnico e o Programa Ensino Médio Inovador, que organizam o currículo por áreas de conhecimentos e orientam para a interdisciplinaridade e contextualização dos conteúdos.

A reestruturação curricular do EMP, currículo oficial das escolas da rede pública estadual do RS, mesmo após três anos de sua implantação, ainda encontra resistência de professores e alunos na escola pesquisada. Esta reestruturação curricular não produziu mudanças nas práticas da professora de química da escola, e mesmo na escola como um todo não houve grandes modificações, uma vez que nem todos compreenderam a proposta ou se propuseram a realizar as reformas necessárias. É possível afirmar, portanto, que a escola ainda está em processo de consolidação e de adaptação do currículo, especialmente com relação ao entendimento de mudanças na avaliação e na inclusão dos Seminários Integrados no currículo.

Já com relação ao ProEmi, que é uma proposição de reforma curricular em nível nacional, não houve discussão entre os professores, pois não foi considerada como política de currículo, mas foi tomada como mais um programa que oferece suporte financeiro à escola.

A análise de políticas públicas educacionais implementadas na escola, no caso o Programa Mais Educação, o ProEmi e o PNLD, que são anunciados como investimentos financeiros que viriam auxiliar na superação do fracasso escolar e no processo de melhoria da educação básica são mais conhecidas/reconhecidas na escola pesquisada pelos investimentos que possibilitaram a aquisição de recursos didáticos e equipamentos, bem como a organização de novos espaços pedagógicos, do que pelos efeitos que pudessem ter sobre a melhoria das práticas educativas.

Em função de cortes de financiamentos por parte do Governo, os programas e projetos que estavam sendo desenvolvidos na escola foram extintos ou sofreram diminuição em 2015. Assim, foram extintos os programas

Mais Educação e o ProEmi e houve diminuição do acervo do PNLD, principalmente quanto ao envio de literatura infanto-juvenil.

Os investimentos associados à entrada de programas e projetos na escola possibilitaram a criação de espaços pedagógicos, que contaram com a aquisição de materiais e equipamentos e também pagamento de bolsas para monitores que atuavam na realização de atividades com os alunos, mas talvez pela falta de avaliação dos seus efeitos, com a extinção dos programas, não há menção à continuidade das ações desenvolvidas no âmbito dos programas, o que mostra a pouca efetividade dessas políticas a longo prazo.

Os movimentos de melhoria na escola precisam contar com ações e proposições por parte do poder público, e essas podem envolver novos desenhos curriculares, bem como programas e projetos a serem desenvolvidos na escola, desde que sejam discutidas e planejadas com a participação dos agentes que podem promover as mudanças nas práticas da escola – os professores.

Na escola pesquisada, os movimentos para a melhoria do ensino e, conseqüentemente, do desempenho dos estudantes são lentos. Os principais obstáculos são a falta de envolvimento dos professores nas discussões e decisões sobre a reestruturação curricular e a ausência de acompanhamento e de avaliação das ações desenvolvidas na escola, pois programas foram implementados e, extintos, sem discussão sobre seus objetivos e sem uma avaliação dos seus efeitos para a melhoria de desempenho dos estudantes.

A proposta de estudo deste Trabalho de Conclusão de Curso foi investigar os movimentos de mudança para a melhoria da educação em uma escola pública de Pelotas, tendo como foco de análise, a reforma curricular e o desenvolvimento de programas e projetos em busca de uma melhor qualidade do ensino. Destaca-se que este é um assunto que ainda carece ser melhor estudado e discutido, pois envolve muitos outros aspectos que podem contribuir para a melhoria da educação escolar, bem como, precisa ter acompanhamento sistemático sobre práticas escolares que visam melhorias para o ensino, sendo um tema de interesse, tanto na formação inicial quanto na formação continuada de professores.

## Referências

ALARCÃO, Isabel (Org.) **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

ANTUNES, C. **Professores e professoautos: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas**. Petrópolis, RJ: Editora vozes, 2008.

AZEVEDO, G. A. N. **Arquitetura escolar e educação: um modelo conceitual de abordagem interacionista**. Tese (Doutorado e Ciências em Engenharia de Produção) -Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

AZEVEDO, C. José e REIS, T. Jonas, **Reestruturação do Ensino Médio: Pressupostos Teóricos e Desafios da Prática**. 1. ed. — São Paulo : fundação santillana, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE**. Brasília, SEB, 2009. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/busca-geral/137-programas-e-acoes-1921564125/pde-plano-de-desenvolvimento-da-educacao-102000926/179-funcionamento](http://portal.mec.gov.br/busca-geral/137-programas-e-acoes-1921564125/pde-plano-de-desenvolvimento-da-educacao-102000926/179-funcionamento)>. Acesso em: 13 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Mais Educação**. Brasília, SEB, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/saiba-mais>>. Acesso em: 13 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional do Livro Didático**. Brasília, SEB, 2009. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>>. Acesso em: 13 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Programa Dinheiro Direto na Escola**. Brasília, SEB, 2009. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentacao>>. Acesso em: 13 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Programa Ensino Médio Inovador**. Brasília, SEB, 2009. Disponível em: <<http://educacaointegral.mec.gov.br/proemi>>. Acesso em: 13 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Documento do Ensino Médio Inovador. 2013**

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2012: Química**. Brasília: MEC, 2012.

\_\_\_\_\_. **Programa Mais Educação – Passo a Passo**. Brasília: MEC/SECAD, sd

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.

CAVALCANTI, Ednar Carvalho. **A Resistência do Professor às Mudanças de Metodologia de Ensino**. 1979. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Psicologia, "centro de Pós-graduação" em Psicologia, Fundação

CARNEIRO, Maria Helena da Silva; SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; MÓL, Gerson de Souza. **livro didático inovador e professores: uma tensão a ser vencida**. Ensaio: Pesquisa em educação em ciências, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p.7-10, dez. 2014. Mensal. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/ensaio/article/view/93/142>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

CORAZZA, Sandra M. **Planejamento de ensino como estratégia de política cultural**. In: Moreira, Antônio Flávio Barbosa (org.) Currículo: questões atuais. Campinas: Papyrus, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais: Evoluções e Desafios**. Revista Portuguesa de Educação, Braga, v. 16, n. 2, p.221-236, set. 2003. Semestral. Disponível em: <[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/1350495029.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1350495029.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2005.

CHAER, G. DINIZ, R. RIBEIRO, E. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011

DE DEUS, Adélia Meireles; CUNHA, Djanira do Espírito Santo Lopes; MACIEL, Emanoela Moreira. **Estudo de Caso na Pesquisa Qualitativa em Educação: uma metodologia**. In: VI Encontro 2010. Disponível em: [http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT\\_01\\_14.pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT_01_14.pdf) Acesso em: 13 set, 2015.



DUARTE, N. S. **O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível.** R. Bras. Est. Pedag. Brasília, v. 94, n. 237, 2013.

FREITAS, Katia Siqueira de. **Uma Inter-relação: políticas públicas, gestão democrático-participativa na escola pública e formação da equipe escolar.** em **Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p.47-59, fev. 2000. Semestral. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1091/992>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

GOERGEN, Pedro. **Gestão Educacional: Entre instrumentalização e Formação.** Exitus, São Paulo, v. 3, n. 1, p.35-46, jun. 2013. Semestral.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 2. ed. São Paulo: Atlas S.a., 1989. 105 p. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social-1989.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2015

HYPOLITO, A. M. **Políticas curriculares, Estado e regulação.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out.-dez. 2010.

JONNAERT, P.; ETTAYEBI, M.; DEFISE, R. **Currículo e competências.** Porto Alegre: Artmed, 2010. 111p.

KNÜPPE, L. **Motivação e desmotivação: desafio para as professoras do ensino fundamental.** Educar em Revista, Curitiba, n.27, p.277-290, 2006.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline. **Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral.** Educar em Revista, Curitiba, v. 45, n. 8, p.91-110, jul. 2012. Trienal. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n45/07.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

LIMA, Elvira Souza. **Currículo e Desenvolvimento humano.** In: BRASIL. Secretaria de Educação à Distância. Ministério da Educação (Org.). Indagação sobre o Currículo do Ensino Fundamental. Brasília: Salto Para O Futuro, 2007. Cap. 2. p. 12-19. Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-praxis-pedagogicas/CURRÍCULO/Indagacoes-sobre-o-curriculo-no-Ensino-Fundamental.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de currículo**. Currículo sem fronteiras, v.6, p.35-52, jul-dez. 2006. Disponível em: Acesso em: 25 de junho de 2011

\_\_\_\_\_(2001). **Competências na organização curricular da reforma do ensino médio**. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 27, nº 3, p. 1-20.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, R.; RAMOS, M.G.; GALIAZZI, M.C. **Pesquisar e aprender em Educação Química: Alguns pressupostos teóricos**. 2004. mimeo.  
CARNEIRO, M. H. da S.; SANTOS, W. L. P. dos; MÓL, G. de S. Livro didático inovador e professores: uma tensão a ser vencida. Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, dez. 2005.

MOREIRA, A. F. ; CANDAU, V. M. **Reformas educacionais hoje na América Latina**. In: MOREIRA, A. F. (Org.) Currículo, políticas e práticas. Campinas, SP: Papyrus, p. 29-42, 2003.

PARANÁ, Secretaria da Educação. **Programa Ensino Médio Inovador**. Curitiba. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudophp?conteudo=115>>. Acesso em: 13 set. 2015.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática**. Cad. Pesqui. 1995, n.94, pp. 58-73.

ROLDÃO, Maria do Céu. **Desenvolvimento do currículo e a melhoria de processos e resultados**. In: MACHADO, Joaquim; ALVES, José Matias (Org.). **Melhorar Escola**. Porto: Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa / Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano (cedh) & Serviço de Apoio à Melhoria das Escolas, 2013. Cap. 8. p. 131-140.

Secretaria da Educação do estado do Rio Grande do Sul. **Regimento Referência das Escolas de Ensino Médio Politécnico da Rede Estadual**. Acesso 11 de junho de 2013. Disponível em:  
[http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens\\_med\\_regim\\_padrao\\_em\\_Politec\\_I.pdf](http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_regim_padrao_em_Politec_I.pdf)

VEIGA, I. P. A. **“Projeto Político Pedagógica da Escola: Uma Construção Coletiva”**. In: I. P. A. Veiga (org.) Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas, SP: Papinos, 1995.

## Apêndice

Apêndice A – Termo de autorização para realização das entrevistas.

### TERMO DE CONSENTIMENTO

Pelo presente termo, autorizo Christian Masseron Nunes, graduando do Curso de Licenciatura em Química da UFPel, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maira Ferreira, a utilizar minhas respostas e opiniões em entrevista proposta para a produção e publicação de textos relativos ao trabalho científico que culminará com sua Tese de Conclusão de Curso, intitulada *Movimentos para melhoria da Educação Básica em uma Escola Pública da Cidade de Pelotas/RS*.

Esta autorização se refere apenas ao uso do conteúdo das respostas, devendo ser preservada minha identidade.

---

(assinatura)

Pelotas